



Entrevista

Educação de qualidade para a Segurança Pública: Entrevista com o Cel PM Ricardo André Bilóia da Silva

Júlio Ildefonso Damasceno Ferreira¹
Elcimar Maria de Oliveira Lima²



¹ Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social – IESP/UEPA; Especialista em Gestão Governamental – CESU-PA; Bacharel em Defesa Social - IESP/UEPA; Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA; Tenente Coronel PM; Chefe da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

julioedufisica@gmail.com
ORCID: 0000-0003-1464-5021

² Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Sociologia (UFPA); Especialista em Língua Portuguesa (UFPA); Graduada em Língua Portuguesa e Inglesa (UPFA); Capitã da Reserva Remunerada e Auxiliar da 8ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

limaelci@gmail.com
ORCID: 0009-0007-8833-5049

A educação é um pilar fundamental para o sucesso de qualquer Instituição e na área da Segurança Pública, contribui para o serviço público de excelência. Para aprofundar o entendimento sobre o papel estratégico da formação na Polícia Militar do Pará, temos o privilégio de conversar com o Coronel Ricardo André Bilóia da Silva, Chefe do Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC), o qual possui uma trajetória marcada pelo amplo histórico acadêmico e operacional. É Mestre em Segurança Pública e Pós-graduado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Gestão e Segurança Ambiental (todos pela UFPA), além de Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP). Sua dedicação foi reconhecida com a “Medalha General Ferreira Coelho”, um mérito que ele conquistou por ter alcançado duas vezes a primeira colocação em curso institucional, uma no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CFO) e outra no Curso Superior de Polícia (CSP). Ressalta-se que além de sua função de gestor, é um educador comprometido, atuando como professor e orientador em diversos cursos de formação, adaptação e aperfeiçoamento, realizados nos últimos anos dentro da Corporação visando a qualificar o efetivo. Nesta entrevista exclusiva, o Chefe do DGEC irá compartilhar as experiências e lições de sua Gestão, detalhando sua inspiradora trajetória profissional e, principalmente, abordando os desafios e conquistas no âmbito educacional da PMPA. Acompanhe nossa conversa e descubra como a Polícia Militar do Pará está investindo ativamente em educação de qualidade para seus integrantes, um pilar essencial para aprimorar a atuação policial e contribuir para a construção de uma sociedade paraense mais segura e bem assistida.

O que o motivou a ingressar na Polícia Militar do Pará e seguir a carreira de Oficial da Corporação?

“

Desde jovem, sempre tive o desejo de contribuir para o bem-estar e a segurança das pessoas. Esse sentimento foi influenciado pela minha família, formada por militares. Meu pai e meus irmãos também seguiram carreira na Corporação, o que me fez valorizar desde cedo a hierarquia, a disciplina e o compromisso com o dever.

”

Desde jovem, sempre tive o desejo de contribuir para o bem-estar e a segurança das pessoas. Esse sentimento foi influenciado pela minha família, formada por militares — meu pai e meus irmãos também seguiram carreira na Corporação, o que me fez valorizar desde cedo a hierarquia, a disciplina e o compromisso com o dever.

Antes de ingressar na Polícia Militar do Pará, estar cursando direito e servir o Exército Brasileiro, no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), facilitaram a minha adaptação na Corporação, vez que essas experiências colaboraram para fortalecer minha vocação e definir meu caminho profissional.

Escolher a Polícia Militar do Pará foi, portanto, uma decisão natural. Pela sua história, tradição e papel essencial na proteção da sociedade paraense, encontrei na carreira de Oficial a oportunidade de unir o desejo de servir com a responsabilidade de liderar pessoas, contribuindo para o crescimento da instituição e ajudar pessoas.

“

Escolher a Polícia Militar do Pará foi, portanto, uma decisão natural.

”

Nestes 27 anos de serviços prestados à PMPA, o senhor desempenhou diversas funções - como Chefe da Consultoria Jurídica da PMPA, Assessor da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Chefe da 1ª Seção do Estado-Maior Geral (PM/1), Controladoria Interna da PMPA, Membro do Alto Comando da PMPA e Corregedor Geral da PMPA. De que forma essa ampla trajetória profissional contribuiu para prepará-lo para assumir a chefia do Departamento-Geral de Educação e Cultura da PMPA, responsável pela formação e capacitação dos policiais militares ao longo de suas carreiras?

Com mais de 27 anos de atuação na Polícia Militar do Pará, iniciei minha carreira no 1º Batalhão de Polícia Militar, onde tive meus primeiros aprendizados sobre a rotina e os valores da vida militar. Após isso, ao longo do tempo, trabalhei em diferentes Unidades, tanto operacionais quanto administrativas, adquirindo experiências em diversas áreas da Corporação.

Nos últimos anos, já no posto atual, venho desempenhando funções de gestão, entre as quais se destacam as de Corregedor Geral e de Chefe das áreas de Consultoria Jurídica, Controladoria Interna e Educação e Cultura da Corporação. O exercício

“

[...] a formação e a capacitação contínua são essenciais para o fortalecimento da Polícia Militar e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

”

dessas atividades ampliou minha compreensão sobre o funcionamento da Instituição e reforçou a convicção de que a formação e a capacitação contínua são essenciais para o fortalecimento da Polícia Militar e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Considerando todas as funções desenvolvidas pelo Senhor em diversos setores da Corporação, quais foram até aqui as principais vantagens profissionais em atuar nesses diferentes contextos? E, aproveitando, poderia nos falar um pouco sobre os principais desafios e atribuições da carreira do Chefe do DGEC?

“

[...] a necessidade de modernizar continuamente os processos de ensino e aprendizagem, acompanhando as mudanças pedagógicas, tecnológicas e sociais.

”

A principal vantagem dessa função é desenvolver uma visão ampla da Corporação, compreendendo os desafios do policiamento e os aspectos legais, administrativos e humanos envolvidos. A chefia do DGEC apresenta desafios complexos e estratégicos, entre eles a necessidade de modernizar continuamente os processos de ensino e aprendizagem, acompanhando as mudanças pedagógicas, tecnológicas e sociais.

Isso inclui formar policiais cada vez mais preparados, tanto do ponto de vista técnico quanto ético e humano. Outro desafio importante é equilibrar tradição e inovação, preservar os valores e a cultura da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que se incorporam novas práticas educacionais, como a educação por competências, metodologias ativas e o uso de ferramentas digitais. Também é essencial manter o engajamento de instrutores e alunos, garantindo que o ensino militar una disciplina e hierarquia com pensamento crítico, responsabilidade social e compromisso com o bem comum.

Por fim, a liderança no DGEC exige sensibilidade para compreender as necessidades da tropa e direcionar a formação do policial militar de acordo com os valores democráticos, os direitos humanos e a missão de servir e proteger a sociedade.

“

[...] desafio importante é equilibrar tradição e inovação, preservar os valores e a cultura da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que se incorporam novas práticas educacionais [...]

”

“

[...] direcionar a formação do policial militar de acordo com os valores democráticos, os direitos humanos e a missão de servir e proteger a sociedade.

”

Antes da publicação da atual Diretriz-Geral de Educação em dezembro de 2024, qual era a norma que regulamentava o Sistema de Educação da PMPA? E quais eram as principais características ou limitações dessa normativa anterior?

Antes da elaboração da atual Diretriz-Geral de Educação (2024), o sistema de ensino da Corporação era orientado principalmente pela Portaria nº 011/2002-DEI, que estabelecia as Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução (NPCEI). Embora tenha cumprido um papel importante em seu período, essa norma já não atendia às novas exigências pedagógicas, tecnológicas e institucionais.

Com o passar do tempo, as mudanças na sociedade e na própria Corporação tornaram necessária uma revisão mais ampla da antiga portaria. Era preciso adotar uma abordagem educacional mais atual, que integrasse teoria e prática, incentivasse o pensamento crítico, valorizasse a formação ética e reforçasse o compromisso do policial militar com a cidadania.

A Diretriz-Geral de Educação, aprovada em 2024, na minha primeira passagem pelo DGEC, surgiu com esse propósito. Mais do que uma norma, ela busca orientar a formação dos policiais militares de forma alinhada às demandas do serviço público e aos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Quais foram os principais desafios ou necessidades educacionais que motivaram o DGEC a elaborar a Diretriz-Geral de Educação em 2024, e como essa diretriz busca alinhar o desenvolvimento profissional da tropa com as demandas da segurança pública?

“ [...] modelo de capacitação voltado para o desenvolvimento de competências, com base em práticas fundamentadas em evidências, uso de tecnologias educacionais e integração com políticas públicas de segurança e cidadania. ”

O principal objetivo da elaboração da Diretriz-Geral de Educação em 2024 foi modernizar o processo de formação da Polícia Militar do Pará, adequando-o às novas exigências da segurança pública, da legislação educacional e das diretrizes nacionais de formação policial. A diretriz busca adotar um modelo de capacitação voltado para o desenvolvimento de competências, com base em práticas fundamentadas em evidências, uso de tecnologias educacionais e integração com políticas públicas de segurança e cidadania.

Além disso, a Diretriz-Geral de Educação propõe uma formação contínua, ética e humanizada, que fortaleça a liderança e a tomada de decisão dos policiais militares. Ao aproximar a formação profissional das demandas operacionais e sociais, a norma contribui para o aprimoramento institucional e para uma atuação mais eficiente e comprometida com a comunidade paraense.

De que forma a nova Diretriz-Geral de Educação da PMPA altera as práticas educacionais e metodologias de ensino anteriormente adotadas, e quais os resultados esperados com essas mudanças?

A nova Diretriz introduz mudanças significativas nas práticas educacionais, estruturais e pedagógicas. Ela institucionaliza o sistema de educação, de modo que organiza, orienta e define o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM), que é um conjunto integrado e organizado voltado para a formação, aperfeiçoamento, especialização, habilitação e capacitação de profissionais na área de Segurança Pública.

Além disso, estabelece uma nova estrutura organizacional, com uma estrutura mais detalhada e especializada, criando o Órgão Central (Departamento-Geral de Educação e Cultura - DGE), os Órgãos de Apoio ao Ensino e Instrução (APM, CFAP, CTPM) e os Órgãos Colegiados (Conselho Superior de Educação - CSE e Conselhos de Ensino - ConEn).

Estabelece, também o foco em competências e princípios modernos, de forma que a política de ensino passa a visar o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício das funções policiais militares. Assim, novos princípios são incorporados, como pluralismo pedagógico, excelência acadêmica, respeito aos direitos humanos, inovação, colaboração e transparência.

[...] novos princípios são incorporados, como pluralismo pedagógico, excelência acadêmica, respeito aos direitos humanos, inovação, colaboração e transparência.

Há um foco maior em fomentar a pesquisa e extensão em segurança pública e em impulsionar a pesquisa científica e tecnológica, produzindo conhecimento aplicado à Segurança Pública, bem como insere novas modalidades de Ensino Presencial (EP), Ensino à Distância (EAD) (utilizando tecnologias de informação e comunicação) e Ensino Híbrido ou Semipresencial (EH).

Assim, os resultados esperados estão definidos na visão e nos objetivos da DGE, que projeta transformar a educação da PMPA para que ela seja uma referência em excelência acadêmica, rigor científico e relevância social no cenário regional, nacional e internacional da Segurança Pública. Espera-se formar profissionais que ajam de maneira crítica, ética e construtiva, utilizando o diálogo para mediação de conflitos e que se percebam como agentes transformadores da realidade social.

O foco não é apenas técnico, mas também humanístico [...]

Quais foram as principais limitações das práticas educacionais anteriores que a nova Diretriz-Geral de Educação busca superar?

A limitação central era a ausência de uma estrutura organizacional e pedagógica formalmente estabelecida e abrangente. A norma de 2002 focava primariamente em regular procedimentos administrativos-pedagógicos e padronizar o fluxograma de ensino. Em contraste, a DGE de 2024 surge com o propósito de implementar, organizar, orientar e definir o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM).

As práticas estabelecidas em 2002 não acompanhavam a evolução da pedagogia aplicada à segurança pública. A DGE busca superar um modelo que era mais voltado ao controle e à fiscalização, contido na Portaria n.º 011/2002-DEI, do que ao desenvol-

vimento integral. A nova Diretriz introduz a exigência de focar no desenvolvimento de competências essenciais e incorpora princípios contemporâneos, como o respeito aos direitos humanos, o pluralismo pedagógico e o estímulo à inovação. Essa atualização demonstra que o modelo anterior limitava a capacidade da Corporação de formar profissionais alinhados aos novos padrões éticos e técnicos exigidos pela sociedade.

Por ter sido elaborada em 2002, a norma anterior era naturalmente limitada na incorporação de inovações tecnológicas no ensino. A DGE supera esta lacuna ao formalizar e regulamentar o Ensino à Distância (EAD) e o Ensino Híbrido (EH). As práticas antigas, presumivelmente focadas apenas no modelo presencial, limitavam a flexibilidade, a capacidade de alcance e a otimização de recursos na capacitação do efetivo.

A DGE (2024) eleva o padrão de exigência ao buscar ser referência regional, nacional e internacional em educação, com um firme compromisso com o rigor científico.

“

[...] é essencial para a melhoria contínua e a elevação da qualidade acadêmica na formação do policial militar.

”

Esta ambição aponta para uma lacuna no modelo anterior, que não possuía um foco robusto e mecanismos estruturados para o fomento ativo à pesquisa e extensão em Segurança Pública. A nova Diretriz corrige esta limitação, visando impulsionar a produção de conhecimento científico aplicado, o que é essencial para a melhoria contínua e a elevação da qualidade acadêmica na formação do policial militar.

A nova diretriz representa uma ruptura ou uma evolução das práticas educacionais da PMPA?

A Diretriz-Geral de Educação (DGE), que revoga a antiga Portaria n.º 011/2002-DEI, não representa uma ruptura, mas sim uma evolução estratégica das práticas educacionais da Polícia Militar do Pará. Essa mudança nasce da necessidade de revisar e adequar o sistema de formação aos novos desafios e padrões de excelência exigidos na segurança pública moderna.

Em vez de descartar o que foi construído, a DGE amplia e sistematiza o ensino, formalizando o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM). Este sistema agora é expandido e reestruturado para ser um conjunto integrado, focado em promover a formação de excelência. Embora os objetivos centrais de habilitar e qualificar o policial militar sejam mantidos, eles são atualizados.

“

A nova Diretriz incorpora princípios pedagógicos contemporâneos cruciais, como o desenvolvimento de competências e o respeito aos direitos humanos [...]

”

A nova Diretriz incorpora princípios pedagógicos contemporâneos cruciais, como o desenvolvimento de competências e o respeito aos direitos humanos, alinhando a formação da PMPA às diretrizes nacionais. Adicionalmente, há uma modernização na gestão do ensino, com a incorporação de novas modalidades, como o Ensino à Distância (EAD) e o Ensino Híbrido.

Essa modernização gerencial e tecnológica indica um processo contínuo de busca pela excelência acadêmica, caracterizando um verdadeiro salto evolutivo no planejamento e na execução do ensino e instrução da Corporação. Em suma, a DGE respeita a tradição e os valores da educação militar, mas incorpora novos referenciais pedagógicos e tecnológicos essenciais. É uma evolução natural e necessária para garantir que a PMPA permaneça em sintonia com as melhores práticas de formação policial.

Considerando a recente decisão do STF que eliminou a limitação de vagas para mulheres, qual foi o impacto dessa medida no resultado do último concurso da Polícia Militar, especificamente em relação ao percentual de aprovação de candidatos por gênero?

“

[...] aumento expressivo no número de candidatas aprovadas, alcançando percentuais inéditos de representatividade feminina.

”

A decisão do Supremo Tribunal Federal teve um impacto positivo. No último concurso, observamos um aumento expressivo no número de candidatas aprovadas, alcançando percentuais inéditos de representatividade feminina. Na turma atual, o Curso de Formação de Oficiais e o Curso de Formação de Praças possuem percentuais aproximados de 30% e 25%, respectivamente, de policiais militares femininas. Isso reflete a qualidade técnica das candidatas e reafirma o compromisso da PMPA com a igualdade de oportunidades.

Com a recente decisão do STF que garante a totalidade das vagas para as mulheres, como a PMPA está se preparando para integrar esse novo efetivo de forma equitativa nas atividades operacionais e quais as perspectivas institucionais para essa mudança?

“

No processo de formação e nas rotinas operacionais, homens e mulheres são submetidos aos mesmos padrões de exigência técnica, disciplinar e ética, de modo que a integração de novos efetivos ocorrerá naturalmente, [...]

”

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal não implica mudanças estruturais ou procedimentais no âmbito da Polícia Militar do Pará. A Corporação já adota políticas pautadas no sentido de assegurar a todos os seus integrantes igualdade de oportunidades e condições no exercício das atividades profissionais.

No processo de formação e nas rotinas operacionais, homens e mulheres são submetidos aos mesmos padrões de exigência técnica, disciplinar e ética, de modo que a integração de novos efetivos ocorrerá naturalmente, dentro da estrutura já existente e sem necessidade de adaptações extraordinárias.

De que forma a PMPA tem promovido o fomento à pesquisa em segurança pública, e quais são os principais avanços e desafios observados na aplicação prática desse conhecimento para a melhoria das atividades institucionais?



O desafio atual é ampliar a transposição do conhecimento científico para a prática operacional, fortalecendo a cultura da gestão baseada em evidências.



O Comando da Corporação, por intermédio do Estado-Maior Geral, possui diretriz voltada para a pesquisa científica, altos estudos, integração acadêmica e publicação de revista científica. O DGECE, por meio da Academia de Polícia Militar no Curso de Formação de Oficiais e por meio do Instituto de Ensino de Segurança do Pará nos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia, tem incentivado a produção científica e a publicação de artigos. O desafio atual é ampliar a transposição do conhecimento científico para a prática operacional, fortalecendo a cultura da gestão baseada em evidências.

A exigência para o ingresso no cargo de Oficial da PMPA mudou de nível médio para Bacharelado em Direito. O que motivou essa mudança e quais os principais ganhos e desafios institucionais que ela trouxe para a corporação?

A mudança do requisito para ingresso no cargo de Oficial da PMPA, de nível superior em qualquer área para bacharelado em direito, foi motivada pela crescente complexidade da atividade policial e pela necessidade de aprofundar o conhecimento jurídico dos futuros Oficiais da Polícia Militar. Vale destacar que essa exigência está plenamente alinhada à nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, que estabelece o Bacharelado em Direito como requisito obrigatório para os Cursos de Formação de Oficiais (CFO) em todo o país.

Em um cenário nacional, diversas polícias militares, por meio de diretrizes estabelecidas nacionalmente, já vinham adotando o bacharelado em direito para o CFO, reconhecendo que o requisito proporciona maior capacidade de análise, decisão e compreensão de normas legais e procedimentos administrativos, contribuindo para uma atuação mais técnica e segura.

Os principais ganhos institucionais dessa mudança incluem maior capacidade decisória e segurança jurídica no comando das unidades, melhoria na gestão adminis-

trativa e operacional, e alinhamento da PMPA aos padrões de excelência nacional. Além disso, o requisito de ingresso, aliado às disciplinas do Curso de Formação de Oficiais, promove uma visão crítica e estratégica da segurança pública, capacitando os oficiais a compreender o contexto social e legal e a contribuir de forma mais eficaz para políticas de prevenção e cidadania.

Atualmente, em quantas escolas o Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) está em funcionamento? Quais indicadores são utilizados para planejar, monitorar e avaliar os resultados dessas unidades de ensino?

O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) tem como propósito fortalecer a cultura de paz no ambiente escolar, mediante a atuação de supervisores militares. A iniciativa busca prevenir situações de violência e criminalidade, ao mesmo tempo em que promove valores de cidadania e convivência harmoniosa entre os estudantes.

O PSUME possui onze colégios com supervisão militar no estado, de modo que o programa é desenvolvido nas cidades de Belém e Abaetetuba por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Além disso, mediante termos de cooperação técnica, o programa é executado em parceria com os municípios de Benevides, Marabá, Canaã dos Carajás, Tailândia, Breu Branco, Tucuruí, Novo Repartimento e Altamira.

Como padrão de acompanhamento, o PSUME adota relatórios mensais elaborados pelos coordenadores operacionais, contendo indicadores sobre atos de indisciplina ou ocorrências criminais no ambiente escolar, participação de alunos em clubes de atividades e apresentações realizadas junto à Secretaria, pais ou Conselho Tutelar.

Anualmente, são consolidados dados históricos referentes aos anos, incluindo número de matrículas, taxas de aprovação, evasão ou abandono escolar, nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e frequência média. No encerramento de cada ano letivo, é aplicado um formulário voltado a alunos, professores e pais, com a finalidade de avaliar a percepção sobre o programa e, em especial, o desenvolvimento dos estudantes.

O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) tem como propósito fortalecer a cultura de paz no ambiente escolar, mediante a atuação de supervisores militares. A iniciativa busca prevenir situações de violência e criminalidade, ao mesmo tempo em que promove valores de cidadania e convivência harmoniosa entre os estudantes.

A PMPA realizou o maior concurso para ingresso de todos os tempos para 400 oficiais e 4.000 praças, qual é o número atual de instalações de treinamento no estado e quais são os desafios críticos associados ao treinamento desse volume sem precedentes de novos policiais? Com o alistamento recorde de 400 oficiais e 4.000 praças, quantos polos de treinamento estão em funcionamento no estado? Quais são os principais desafios logísticos e operacionais para treinar um volume tão grande de novos policiais?

Com o maior concurso da história da Polícia Militar do Pará, a Corporação atualmente conta com polos de formação estrategicamente distribuídos na capital, na região metropolitana e em todos os Comandos de Policiamento Regionais. Essa estrutura permite atender de forma mais eficiente a demanda por treinamento, garantindo acesso adequado à capacitação em diversas regiões do estado.

“ Os principais desafios associados a um volume tão expressivo de novos policiais são, sobretudo, logísticos e operacionais. ”

Os principais desafios associados a um volume tão expressivo de novos policiais são, sobretudo, logísticos e operacionais. Entre eles, destacam-se a adequação e manutenção da infraestrutura, a disponibilidade e capacitação de um corpo docente qualificado, a padronização da qualidade pedagógica e o acompanhamento individualizado dos alunos.

Para enfrentar essas demandas, a PMPA tem ampliado o uso de metodologias híbridas de ensino, intensificado a seleção de instrutores, e estabelecido parcerias estratégicas com instituições de ensino, garantindo que a formação continue sendo eficaz, moderna e alinhada às exigências operacionais e legais da atividade policial.

“ [...] a PMPA tem ampliado o uso de metodologias híbridas de ensino, intensificado a seleção de instrutores, e estabelecido parcerias estratégicas com instituições de ensino [...] ”

Desde 2019, o DGECE coordenou mais de 100 mil ações de treinamento em segurança pública. Que tipo de ajustes estruturais essa demanda exigiu do Departamento? Já é possível avaliar o impacto dessas ações nas competências profissionais dos policiais?

“ [...] foram adotadas metodologias pedagógicas inovadoras, integrando teoria e prática, e fortalecidos os mecanismos de monitoramento e avaliação do desempenho dos participantes. ”

Afirmativo. Entre os ajustes, destacam-se a modernização do sistema de gestão educacional, com a implementação de plataformas digitais de ensino e acompanhamento, a descentralização de cursos para diferentes regiões do estado, e a ampliação e capacitação contínua dos policiais militares. Além disso, foram adotadas metodologias pedagógicas inovadoras, integrando teoria e prática, e fortalecidos os mecanismos de monitoramento e avaliação do desempenho dos participantes.

“ [...] há melhoria nas competências operacionais, maior padronização de procedimentos e incremento no desempenho das Unidades. ”

Os resultados dessas ações já são perceptíveis: há melhoria nas competências operacionais, maior padronização de procedimentos e incremento no desempenho das Unidades. Paralelamente, observa-se que o treinamento contínuo contribui para o desenvolvimento de habilidades de liderança e tomada de decisão. Embora a avaliação completa do impacto de longo prazo ainda esteja em curso, os indicadores demonstram que a formação estruturada e moderna oferecida pela Corporação tem potencial para consolidar uma tropa mais qualificada, preparada para responder aos desafios da segurança pública e alinhada às expectativas da sociedade.

Considerando que alguns estados já exigem nível superior para o ingresso no cargo de soldado, o DGECE tem alguma proposta ou estudo para elevar esse requisito de escolaridade para a PMPA, alinhando-se a essa tendência nacional?

O Comando da Corporação, por meio do Estado-Maior Geral, vem realizando estudos técnicos para adequar-se à nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares (LOB Nacional), Lei Federal n.º 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que estabeleceu o requisito de escolaridade superior para ingresso na instituição, a ser implementado no prazo de até seis anos a contar da publicação da Lei, em 2023.

“ [...] a crescente profissionalização da atividade policial exige formação superior, como meio de aprimorar a atuação técnica, consolidar a ética profissional e promover uma gestão mais eficiente. ”

Reconhecemos que a crescente profissionalização da atividade policial exige formação superior, como meio de aprimorar a atuação técnica, consolidar a ética profissional e promover uma gestão mais eficiente. Nesse contexto, o desafio reside em conciliar a implementação desse requisito com as necessidades operacionais, assegurando que a modernização da Corporação garanta a qualidade do serviço prestado à sociedade.